

Núcleo de Inovação e Empreendedorismo (FDC) e IMD  
World Competitiveness Center

# Análises do World Competitiveness Yearbook

Carlos Arruda, Ana Burcharth<sup>1</sup> e Naira C. Gonçalves<sup>2</sup> | 2021

---

<sup>1</sup> Professores e pesquisadores do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral

<sup>2</sup> Assistente de pesquisa do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral

**Pandemia reforça os desafios para a competitividade do Brasil.  
Atuação política sólida e eficiente é crucial para a criação e aproveitamento de oportunidades.**

*Consistência na coordenação dos setores público e privado e solidez do sistema educacional conferem destaque aos países europeus no ranking, ultrapassando Singapura após 2 anos de liderança. China sustenta sua trajetória de ascensão e evolui da 20ª para a 16ª posição.*

**Belo Horizonte, 17 de junho de 2021** – O Brasil perde uma posição no Anuário de Competitividade Mundial (World Competitiveness Yearbook – WCY) e passa a ocupar a 57ª posição do ranking, interrompendo a trajetória de 4 anos de ganhos. O estudo, elaborado pelo IMD World Competitiveness Center e que tem no Brasil o apoio do Núcleo de Inovação e Competitividade da Fundação Dom Cabral, compara a prosperidade e a competitividade de 64 nações com base em dados estatísticos e pesquisa de opinião executiva.

WCY 2021	País	WCY 2020	Variação	WCY 2021	País	WCY 2020	Variação
1	Suíça	3	2	33	Chipre	30	-3
2	Suécia	6	4	34	República Checa	33	-1
3	Dinamarca	2	-1	35	Cazaquistão	42	7
4	Países Baixos	4	2	36	Portugal	37	1
5	Singapura	1	-4	37	Indonésia	40	3
6	Noruega	7	1	38	Letônia	41	3
7	Hong Kong	5	-2	39	Espanha	36	-3
8	Taiwan	11	3	40	Eslovênia	35	-5
9	Emirados Árabes	9	0	41	Itália	44	3
10	EUA	10	0	42	Hungria	47	5
11	Finlândia	13	2	43	Índia	43	0
12	Luxemburgo	15	3	44	Chile	38	-6
13	Irlanda	12	-1	45	Rússia	50	5
14	Canadá	8	-6	46	Grécia	49	3
15	Alemanha	17	2	47	Polônia	39	-8
16	China	20	4	48	Romênia	51	3
17	Catar	14	3	49	Jordânia	58	9
18	Reino Unido	19	1	50	República Eslovaca	57	7
19	Áustria	16	-3	51	Turquia	46	-5
20	Nova Zelândia	22	2	52	Filipinas	45	-7
21	Islândia	21	0	53	Bulgária	48	-5
22	Austrália	18	-4	54	Ucrânia	55	1
23	Coreia do Sul	23	0	55	México	53	-2
24	Bélgica	25	1	56	Colômbia	54	-2
25	Malásia	27	2	57	Brasil	56	-1
26	Estônia	28	2	58	Peru	52	-6
27	Israel	26	-1	59	Croácia	60	1
28	Tailândia	29	1	60	Mongólia	61	1
29	França	32	-3	61	Botswana	-	-
30	Lituânia	31	1	62	África do Sul	59	-3
31	Japão	34	3	63	Argentina	62	-1
32	Arábia Saudita	24	-8	64	Venezuela	63	-1

Tabela 1: Classificação geral do Índice de Competitividade Mundial 2021

Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2021

Em um ano com muitas movimentações no ranking, a Suíça, antes em 3ª posição, toma a liderança de Singapura (5ª posição), que ficou atrás também de Suécia (2ª posição), Dinamarca (3ª posição) e Países Baixos (4ª posição). Se por um lado o bom desempenho dos países europeus se explica pelas condições pré-existentes para enfrentamento da pandemia da COVID-19, tais quais diversificação das atividades econômicas e políticas públicas, por outro, o recuo de Singapura é justificado por perdas de emprego e produtividade.

Em sua nova edição do Anuário de Competitividade, o IMD propõe o exercício de buscar entender como as diferentes estratégias adotadas pelos países para enfrentamento da crise econômico-sanitária ainda em curso afetaram o cenário da competitividade mundial. Como destacado, a pesquisa de opinião executiva ministrada entre março e maio deste ano revela que, mesmo nas economias altamente competitivas, a COVID-19 ainda é identificada como um dos principais desafios para a economia mundial.

Nesse contexto, os países da Ásia Oriental, Europa Ocidental, Ásia Central e os antigos membros da Comunidade dos Estados Independentes alcançaram, na média, avanços em seus rankings de competitividade. As outras sub-regiões, por outro lado, experimentaram declínio em suas posições. É este o caso da América do Sul, que enfrentou uma reversão do quadro de melhorias na competitividade registrado entre 2019 e 2020: no último ano, todos os países da região caíram no ranking, com níveis médios de competitividade regredindo da 54ª para a 57ª posição. Mais ainda, com exceção do Chile, que caiu da 38ª para 44ª colocação, todos os demais países figuram entre as 10 piores economias do ranking.

Vale observar, ainda, a trajetória dos outros BRICS comparativamente ao Brasil. Enquanto o país caiu da 56ª para a 57ª posição, a Rússia ganhou 5 posições em relação à última edição, ocupando agora a 45ª colocação, a Índia manteve-se na 43ª posição e a China sustentou sua trajetória ascendente, passando do 20º para o 16º lugar. Apenas a África do Sul também registrou queda, declinando da 59ª para a 62ª colocação.

O desempenho excepcional da China se fundamenta na redução contínua da pobreza e no aumento da infraestrutura e dos níveis educacionais. Desde 2012, já foram quase 100 milhões de pessoas retiradas da pobreza, o que torna o país responsável por mais de 70% da redução da população em pobreza mundial. Dessa maneira, a China cumpriu com 10 anos de antecedência o primeiro objetivo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, erradicando a miséria absoluta.

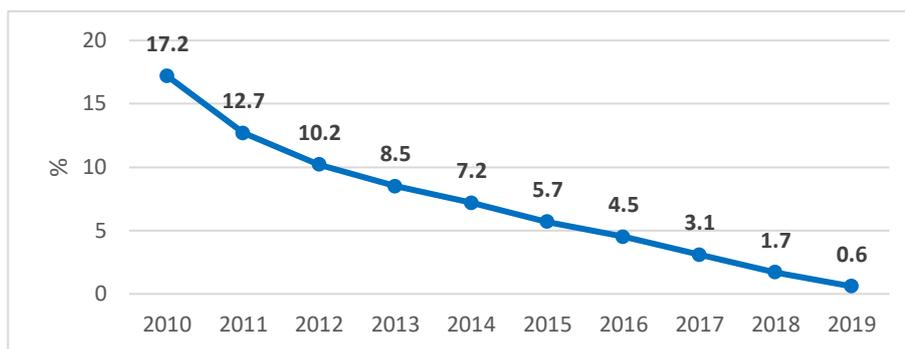


Figura 1. China: taxa de pobreza de acordo com a linha de pobreza nacional (% da população)  
Fonte: World Bank 2021

Como esclarecido por Yang Wanming<sup>3</sup>, embaixador da China no Brasil, esse êxito pode ser explicado, primeiramente, pela priorização da redução da pobreza como agenda de Estado, assegurando prosseguimento das políticas desenvolvidas a médio e longo prazos. Além disso, a adequação das estratégias à realidade local tem sido fundamental na trajetória do país, com foco nas condições de desenvolvimento das áreas pobres, elevação dos níveis de escolaridade e qualificação da mão de obra carente, consideradas sempre as disponibilidades e atividades produtivas regionais.

Em terceiro lugar, a mobilização simultânea do governo, sociedade e mercado tem assegurado a convergência de esforços conjuntos, por meio de incentivos tributários e outras políticas para promoção do fluxo de talentos, capital e tecnologia de localidades mais desenvolvidas para outras menos favorecidas, emprego da tecnologia digital para impulsionar novas formas de negócios e motivar o empreendedorismo e a criatividade na população de baixa renda, bem como outros estímulos focados na indústria, ciência e tecnologia, educação, cultura saúde e consumo.

Por fim, a promoção da cooperação internacional também tem sido cara ao governo chinês, que empreende esforços para combate à pobreza externa e implementação eficiente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Convém pontuar que a edição deste ano do WCY contou com a incorporação da Botswana no ranking, ocasionando um deslocamento na porção inferior.

Para além das condições sócio institucionais, destaca-se a importância do setor privado no fortalecimento do mercado de trabalho através, por exemplo, de promoção de incentivos e oportunidades para o desenvolvimento de habilidades da mão de obra.

<sup>3</sup> WANMING, Y. Erradicação da pobreza: como a China conseguiu? Correio Braziliense, 04 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2021/05/4921996-artigo-----erradicacao-da-pobreza-como-a-china-conseguiu.html>>. Acesso em 14 jun. 2021.

Finalmente, os sistemas de saúde e educação permanecem no centro do bom desempenho dos países altamente competitivos e devem receber atenção especial para avanços nas demais economias.

## **SOBRE O ANUÁRIO DE COMPETITIVIDADE MUNDIAL**

O Relatório Internacional de Competitividade do IMD tem sido compilado pelo *IMD World Competitiveness Center* e sua rede de parceiros nacionais desde 1989 e se baseia no modelo desenvolvido pelo Prof. Stephane Garelli e publicado no livro *Top Class Competitors - How Nations, Firms and Individuals Succeed in the New World of Competitiveness* (2006). Definindo competitividade como “o nível em que um país é capaz de promover um ambiente em que as empresas possam gerar valor sustentável” são avaliados quatro pilares: “Desempenho Econômico”, “Eficiência do Governo”, “Eficiência Empresarial” e “Infraestrutura”. Para cada pilar, são analisados 5 subfatores por meio da contabilização de 334 critérios.

1. Desempenho econômico: avaliação macroeconômica da economia doméstica, tendências de emprego e preços;
  - Economia doméstica; Comércio Internacional; Investimento Estrangeiro; Emprego; Preços;
2. Eficiência do governo: extensão a qual as políticas governamentais conduzem à competitividade;
  - Finanças públicas; Política Tributária; Estrutura Institucional; Legislação Empresarial; Estrutura Social;
3. Eficiência dos negócios: extensão a qual o ambiente nacional incentiva a atuação inovadora, lucrativa e responsável das empresas;
  - Produtividade; Mercado de Trabalho; Finanças; Práticas de Gestão; Valores e Atitudes;
4. Infraestrutura: extensão a qual os recursos básicos, tecnológicos, científicos e humanos satisfazem as necessidades do mercado.
  - Infraestrutura Básica; Infraestrutura Tecnológica; Infraestrutura Científica; Saúde e Meio Ambiente; Educação.

As variáveis incluem tanto dados estatísticos quanto de percepção. Os dados estatísticos são indicadores macroeconômicos, cuja fonte são instituições nacionais e internacionais de estatística (como o IBGE no Brasil). São coletados pelo IMD e seus parceiros e possuem peso de 2/3 para o cálculo do ranking. Os dados de percepção são compilados através do questionário de opinião executiva, coletados via plataforma online entre os gestores de alto escalão das empresas. Com peso de 1/3 na pesquisa, estes dados refletem o julgamento geral do empresariado sobre o país em questão.

No Brasil a pesquisa de opinião está sob a responsabilidade do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral que obteve respostas de 112 executivos brasileiros de diferentes setores, regiões e portes de empresas, com o intuito de obter uma

representação geral do país. Globalmente, a pesquisa para o World Competitiveness Yearbook 2021 foi realizada entre os períodos de fevereiro e maio de 2021.

## O BRASIL NO WCY 2021

Em um momento de disrupção das cadeias globais de produção, avanços extraordinários do desemprego, queda nos níveis de produção, dentre diversos outros desafios, a agilidade e capacidade para inovação, a digitalização para sustentação do trabalho e aprendizado remotos e a promoção da coesão social a partir do bem-estar social despontaram como fatores imprescindíveis à mitigação da crise.

Entretanto, esse enfretamento eficiente baseado na inovação depende de três fatores: a existência de talentos altamente qualificados; a disponibilidade de capital e uma regulamentação de apoio eficiente. Nesse sentido, políticas educacionais consistentes surgem como o critério mais importante de longo-prazo, capaz de alavancar tanto o nível de produtividade quanto a capacidade para desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Esses são fatores muito caros ao Brasil, que após quatro anos de ganhos de posição no ranking de competitividade se encontrou novamente em posição de recuo.



Figura 2. O Brasil no World Competitiveness Yearbook 2011 – 2021

Fonte: IMD World Competitiveness Yearbook 2011-2021

A trajetória do Brasil no ranking de competitividade mostra que na última década as condições do país têm oscilado consideravelmente, tendo caído de sua melhor posição em 2011, 44ª, para a sua pior, 61ª em 2017, em um intervalo de apenas seis anos. Os esforços para contenção dos gastos públicos e estabilização macroeconômica refletiram um avanço no desempenho do país nos anos mais recentes, mas figuraram grandes obstáculos diante dos desafios impostos pela crise sanitário-econômica que afligiu o mundo no ano de 2020.

A comunidade empresarial atuante no país foi convidada, a partir da Pesquisa de Opinião Executiva que compõe o estudo, a identificar 5 fatores-chave para a competitividade da economia brasileira. O principal aspecto de atratividade destacado foi a abertura e as atitudes positivas, seguido pela qualificação da mão de obra. Do outro lado, o regime tributário foi

evidenciado como o fator mais crítico à competitividade do país, seguido pela estabilidade e previsibilidade política (figura 3).

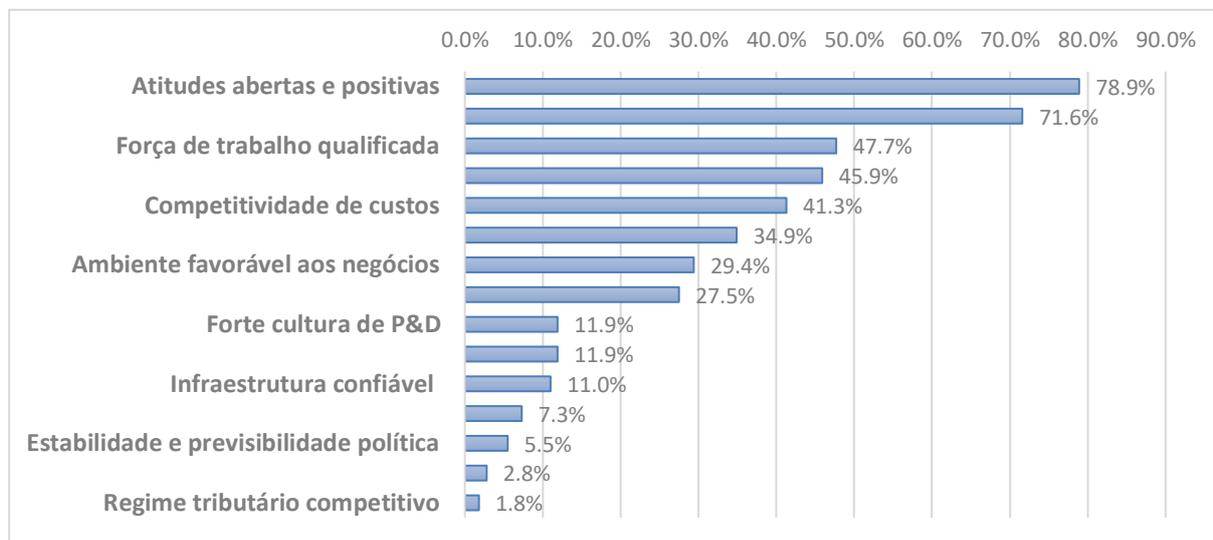


Figura 3: Fatores-chave para a competitividade da economia brasileira

Fonte: WCY 2021

Neste cenário desafiador, alguns aspectos saltam à atenção nos ambientes político, econômico e social do país, tais quais, o elevado grau de endividamento absoluto e relativo, a urgência de manobras em relação ao teto de gastos, e as aceleradas transformações no mercado de trabalho em um momento de alta digitalização dos negócios. A análise mais aprofundada desses aspectos se dará com base na estrutura proposta pelo IMD, isto é, seguindo os quatro fatores avaliados pelo WCY.

## Desempenho Econômico

	WCY 2021	WCY 2020	Varição
<b>Desempenho Econômico</b>	<b>51</b>	<b>56</b>	<b>5</b>
Economia Doméstica	36	44	8
Comércio Internacional	49	59	10
Investimento Estrangeiro	38	28	-10
Emprego	59	56	-3
Preços	28	38	10

Na média, o Brasil registrou um avanço no desempenho econômico, passando da 56ª para a 51ª posição entre os rankings de 2020 e 2021. Isso se explica pela evolução relativa em termos de economia doméstica, comércio internacional e preços. Por outro lado, a retração da economia mundial em decorrência da pandemia da COVID-19 levou a uma retração dos investimentos estrangeiros, bem como se manifestou no aumento do desemprego.

Uma análise mais cuidadosa dos critérios considerados revela alguns importantes pontos de atenção. Apesar de figurar entre as melhores economias do mundo (12º colocado) em termos de Produto Interno Bruto (PIB), a avaliação em termos per capita delega ao país a 54ª posição no ranking. Além disso, a formação de capital fixo, embora substantiva em termos absolutos, (US\$ 237,4bi) está muito aquém do ideal em relação ao PIB (16.4%), figurando na 58ª posição.

Outro aspecto interessante diz respeito à participação dos diferentes setores na economia: o setor de serviços, tradicionalmente menos intensivo em tecnologia, representa 72,8% da atividade econômica, acima da média mundial de 68,2%. A atividade primário-exportadora também tem participação no país acima da média mundial, sendo de 6,8% contra 3,8%, respectivamente. A indústria, por outro lado, representa apenas 20,4% da atividade econômica, contra uma média mundial de 27,6%. Esse quadro reflete a baixa diversificação da economia brasileira, a qual se traduz, por sua vez, na baixa complexidade econômica, colocando o país na 46ª posição dentre as nações avaliadas. A previsão de crescimento de 3,2% do PIB real, segundo o *World Economic Outlook* do FMI em abril de 2021, coloca o país na 48ª posição. Já nas previsões para inflação e desemprego o país fica na 57ª e 55ª posições, respectivamente, com previsões de 4,8% para a inflação anual e 14,2% para o desemprego segundo o FMI (em abril de 2021).

No que tange as relações comerciais internacionais, ainda que o Brasil tenha registrado um avanço de 10 posições, sua balança comercial não é favorável com déficit de US\$ 12,5bi, posicionando o país na 57ª colocação se avaliada em termos absolutos e 46ª em relação ao PIB (-0,86%). Além disso, o valor unitário das importações é consideravelmente superior ao valor unitário das exportações, posicionando o país na 52ª posição (o indicador utilizado é o *Term of Trade Index* medido pela UNCTADSTAT, com índice de 91,9 em abril de 2021).

Algo parecido ocorre quando analisamos o investimento internacional. Embora se destaque no influxo de investimentos estrangeiros, com estoques de investimento no país acima da média dos países participantes no estudo (US\$640,7bi no Brasil e US\$536,5bi a média dos países analisados). Segundo o *World Investment Report* da UNCTAD o balanço de investimentos diretos em 2020 não foi favorável, ficando o Brasil na 59ª posição com US\$46,35bi em termos absolutos e na 50ª posição no percentual do PIB (-2,47%).

## **Eficiência do governo**

	<b>WCY 2021</b>	<b>WCY 2020</b>	<b>Variação</b>
<b>Eficiência do Governo</b>	<b>62</b>	<b>61</b>	<b>-1</b>
Finanças Públicas	64	63	-1
Política Tributária	40	38	-2
Estrutura Institucional	61	60	-1
Legislação Empresarial	59	59	0
Estrutura social	64	62	-2

Para o segundo fator avaliado no WCY 2021, eficiência do governo, com a entrada de Botswana o Brasil volta a cair uma posição, ocupando novamente a 62ª colocação no ranking. Isso coloca o país entre as três piores economias do mundo no que tange a atuação do governo na promoção da competitividade, à frente apenas da Venezuela e Argentina.

Uma análise por subfator mostra que houve recuo em todos eles, com exceção da legislação empresarial, a qual se manteve estagnada. Assim, apesar de ser o 20º colocado em relação ao crescimento real da dívida total do governo (9,96% em 2020, relativamente baixo quando comparado com a média de 16,13% entre os 64 países analisados), o déficit e a dívida pública já elevados fazem com que o país esteja entre os piores avaliados do mundo, ficando o Brasil na 59ª e 53ª posições, respectivamente, com US\$ -196,96 bilhões de déficit e US\$ 1.429,47 bilhões de dívida pública em 2020, segundo o *World Economic Outlook 2021* (IMF). Isso reflete no alto valor dos juros da dívida pública (13,99%), ocupando a 58ª posição.

A percepção do empresariado vai de encontro a essas observações, revelando uma descrença na eficiência de gestão das finanças públicas (56º colocado). Os resultados da pesquisa de opinião executiva colocam em xeque também a adaptabilidade e a transparência das políticas governamentais (58º e 53º), além de sugerirem dificuldades legais e regulatórias na promoção da competitividade e excesso de burocracia na condução dos negócios (59º e 62º).

Esses resultados são agravados pelas perspectivas para o endividamento público do país. O relatório publicado pelo Ministério da Economia<sup>4</sup>, que projeta a trajetória da dívida pública para os próximos 10 anos (de 2021 a 2030), estima que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) representará 87,2% do PIB ao final de 2021, com base em um déficit primário estimado em 3,3% do PIB ao final do ano. No médio prazo, esse crescimento da DBGG seria estabilizado.

Por outro lado, apesar da estabilização a médio prazo projetada para a DBGG, espera-se que a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) siga trajetória ascendente até 2028, quando alcançará 76,5% do PIB. Como esclarecido no relatório, “cenários com o diferencial entre juros real e o crescimento real do PIB mais elevado e resultados fiscais abaixo do cenário base levariam ambos os indicadores a superar 100% do PIB, patamares associados a alto risco para a gestão do endividamento público”.

A promulgação da Emenda Constitucional nº 109 de março de 2021 configura estratégia fundamental para controle da dívida pública, uma vez que prevê a redução dos benefícios tributários nos próximos 8 anos, limitando-os a 2% do PIB.

---

<sup>4</sup> Relatório de Projeções da Dívida Pública 2021. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-projecoes-da-divida-publica/2021/26>>. Acesso em 11 de junho de 2021.

Evidentemente, as ações de enfrentamento à crise econômico-sanitária demandaram elevações dos dispêndios dos governos e dificuldades para arrecadação por todo o mundo, mas no caso brasileiro a previsão de recuperação tardia agrava as incertezas e a instabilidade no mercado financeiro: segundo o relatório do Ministério da Economia, ainda que controlado em relação a 2020, “o patamar da DBGG é alto em relação aos níveis pré-COVID e, ainda mais, em relação aos países emergentes pares”.

Nesse cenário, a elevação das despesas de juros futuros que incidem sobre a dívida pública soma-se aos choques adversos para o desempenho macroeconômico do país e potencializa os desafios de estabilização da dívida no médio prazo. Assim, a promoção de uma dinâmica favorável da dívida pública requer esforços fiscais mais enérgicos, para além da continuidade das reformas estruturais, tais quais administrativa, do pacto federativo e tributária.

O conjunto de variáveis que avalia o ambiente regulatório brasileiro reflete claramente a urgência por reformas administrativas e tributárias. O país se mantém na 59ª posição neste subfator, figurando entre os países menos competitivos em praticamente todos os indicadores associados à abertura de novos negócios – 62º lugar na opinião dos empresários, 60º no número de procedimentos para abertura de um novo negócio e 50º no tempo necessário para estes procedimentos. Apesar dos avanços e simplificações introduzidas na legislação trabalhista em 2017, o país aparece ainda apenas na 61ª posição na opinião dos empresários. É também negativa a opinião dos entrevistados sobre o sistema tributário brasileiro, que com a nota média de 7,97 (em 10) coloca o Brasil na 62ª posição. Os mesmos entrevistados consideram que haja no país subsídios que distorcem a atividade econômica (nota 3,41, ficando na 58ª posição) e um número inapropriado de empresas estatais (nota 4,68; 49ª lugar)

Lamentavelmente o Brasil ocupa este ano a última posição no subfator que avalia a estrutura social do país. Neste bloco são avaliados diversos aspectos da sociedade entre eles a criminalidade, a desigualdade de renda e a desigualdade de gênero. Ocupando o 60º lugar no indicador de homicídio com uma taxa de 27,38 homicídios para 100.000 habitantes o Brasil fica acima da Rússia e Colômbia em níveis de homicídio comparáveis com o México, Venezuela e África do Sul. Quando perguntados se a justiça brasileira é compatível às necessidades do país, os entrevistados na pesquisa de opinião colocam o país apenas no 52º lugar. Nos indicadores de desigualdade o Brasil aparece na 63ª posição no coeficiente GINI medido em 2019, com 53,4 pontos e com 10,4% da população entre os 40% mais pobres, ficando na 56ª posição. Já os indicadores de desigualdade de gênero revelam a baixa presença de mulheres em cargos públicos (14,62% dos parlamentares, ficando na 59ª posição) e um índice de desemprego de mulheres 38% superior ao de homens (56º lugar). O país ocupa apenas a 57ª posição no Índice de Desigualdade de Gênero<sup>5</sup>, medido pelas Nações Unidas em 2019.

---

<sup>5</sup> O Gender Inequality Index (GII) mostra a perda de desenvolvimento humano potencial devido à disparidade entre as realizações femininas e masculinas em três dimensões: saúde reprodutiva, empoderamento e

## Eficiência dos negócios

	WCY 2021	WCY 2020	Variação
<b>Eficiência dos Negócios</b>	<b>62</b>	<b>61</b>	<b>-1</b>
Produtividade e Eficiência	58	61	3
Mercado de Trabalho	51	47	-4
Finanças	37	35	-2
Práticas de Gestão	34	39	5
Valores e Atitudes	50	47	-3

O Brasil perdeu duas posições no fator eficiência dos negócios, ocupando agora a 49ª colocação. Isso porque, apesar de avançar em produtividade e eficiência, com ganho de oito posições para produtividade da indústria (49º em 2021 e 57º em 2020) e de dezesseis para uso de ferramentas digitais e tecnologias (de 56º para 40º entre os dois anos), e no subfator práticas de gestão, com ganho de nove posições para empreendedorismo (51º em 2020 e 42º em 2021), houve retrocesso nos três outros subfatores.

O baixo custo da unidade de trabalho para a economia (variação de -5,87 em 2019 em relação a 2018, colocando o Brasil na 3ª posição), a remuneração total por hora trabalhada na indústria (US\$2,93 segundo o *Passport GMID*, produzido pelo *Euromonitor Internacional* 2021, ficando o Brasil na 12ª posição), a baixa ocorrência de greves (0,04 dias perdidos em média entre 2017 e 2019, segundo o *ILO Database*, ocupando o 14º lugar) e a remuneração em cargos de gestão (média de US\$93.850, segundo o *HCM International* em abril de 2021, ficando no 15º lugar) são destaques positivos para o país. Por outro lado, o baixo crescimento da força de trabalho (-6,13%; 62º lugar), a baixa atratividade de trabalhadores estrangeiros (0,49% dos trabalhadores de 20 a 64 anos; 59º) e a insignificância da experiência internacional entre gestores (58º) revelam dificuldades para desenvolvimento do mercado de trabalho.

Em relação ao mercado financeiro, o Brasil se destacou no número de ofertas públicas primárias em 2020 com investimentos na ordem de US\$6,5 bilhões de dólares (6º colocado) e de fusões e aquisições em 2019 (1.370, ficando no 18º lugar). Entretanto, a dificuldade sentida pelos empresários para acesso ao crédito (59º), a restrição oferecida pelas dívidas corporativas à capacidade de competição das empresas (51º) e o baixo acesso aos serviços financeiros (49º) sugerem limitações no sistema financeiro local.

Finalmente, apesar da percepção dos executivos de alta flexibilidade e adaptabilidade das pessoas diante de novos desafios (10º), não parece haver no país um bom entendimento acerca da necessidade de reformas econômico-sociais (57º) e de ações para globalização (42º), e nem tampouco solidez e eficiência nos processos de transformação digital nas empresas. Além disso, acredita-se que a imagem do Brasil no exterior não encoraja o

---

mercado de trabalho. De maneira geral, o GII reflete como as mulheres estão em desvantagem nessas dimensões.

desenvolvimento dos negócios (61º). Tais fatores refletem e são refletidos pela ausência de um sistema de valores que apoie a competitividade (58º).

## Infraestrutura

	WCY 2021	WCY 2020	Varição
<b>Infraestrutura</b>	<b>52</b>	<b>53</b>	<b>1</b>
Infraestrutura Básica	51	54	3
Infraestrutura Tecnológica	55	54	-1
Infraestrutura Científica	41	41	0
Saúde e Meio Ambiente	37	40	3
Educação	64	63	-1

O quarto e último fator considerado refere-se às condições de infraestrutura do país, tendo registrado avanço de uma posição (de 53ª em 2020 para 52ª em 2021). Esse movimento se justificou pelos ganhos em infraestrutura básica e saúde e meio ambiente, graças sobretudo à redução dos custos da energia elétrica para a indústria (42ª para 36ª posição).

Vale observar que as condições demográficas, naturais e geológicas conferem ao Brasil grandes oportunidades, mas resguardam também uma série de desigualdades regionais. Isso explica a péssima colocação do país no que tange a distribuição de infraestrutura de bens e serviços (61º), a qual se dá de forma pouco eficiente, de acordo com os resultados da pesquisa de opinião.

Além disso, o Brasil perdeu uma posição para infraestrutura tecnológica, figurando entre as dez piores economias avaliadas. Apesar de bem colocado em fatores como investimentos em telecomunicações (0,5% do PIB em 2020, ficando na 21ª posição) e custos com telefonia móvel (12º), a percepção empresarial sugere inadequação das tecnologias comunicacionais aos requerimentos dos negócios (58º colocado), inadequação do tratamento da segurança cibernética pelas empresas (58º), indisponibilidade de recursos para desenvolvimento tecnológico (59º) e indisponibilidade de talentos com habilidades digitais e tecnológicas (60º). Outros fatores como a fraca cooperação público-privada (56º), a insuficiência do apoio legal ao desenvolvimento e aplicação de tecnologias (54º) e a indisponibilidade de engenheiros qualificados no mercado de trabalho (53º), além da qualidade da infraestrutura com baixa velocidade de banda larga (36,3Mbps contra uma média de 56,5Mbps entre os países analisados e 119,1 em Singapura, país líder neste indicador), também despontam como críticos à infraestrutura tecnológica do país.

A análise da infraestrutura científica, por sua vez, revela algumas contradições importantes de serem observadas. O Brasil é o 12º país que mais investe em P&D (US\$ 21,87 bilhões) e o 35º se avaliado em relação ao PIB (1,17%), apesar de se localizar abaixo da média dos países analisados (1,53%) e significativamente abaixo dos países líderes neste indicador (Israel 4,93%, Coreia do Sul 4,64% e Taiwan 3,49%). Além disso, a publicação de artigos científicos e a

aplicação de patentes também se destacam, conferindo ao país as 11ª e 24ª colocações. Não obstante, o número de patentes em vigor por 100.000 habitantes é de apenas 6,1, contra uma média mundial de 459,6, de forma a ocupar o 53º lugar. Além disso, a proporção de graduados em tecnologia da comunicação e informação, engenharia, matemática e ciências naturais (18,37%) está consideravelmente distante da média nacional (24,82%), destinando ao país a 54ª posição no ranking. Embora ranqueado em 18º lugar, os gastos empresariais em P&D marcam apenas US\$ 10,153 milhões, contra uma média mundial de US\$ 22,065 milhões.

Finalmente, chegamos ao último subfator avaliado no WCY 2021: a educação. Tal como na edição de 2020, o país perdeu mais uma posição, chegando agora ao último lugar no ranking, isto é, à 64ª posição. Parte desse declínio se explica pelo recuo da 9ª para a 12ª posição no que tange os gastos públicos totais em educação, e da 44ª para a 45ª quando avaliados em termos per capita: enquanto o mundo investe em média U\$S 6,873 por estudante, no Brasil esse valor é de apenas U\$S 2,110.

Além disso, não foram registrados avanços nos demais critérios. A taxa de matrículas no ensino médio (62ª) não ultrapassa os 68,7%, enquanto a média mundial é de 92,5%. Da mesma forma, a proporção de acesso ao ensino superior no país é de apenas 21,3% das pessoas entre 25 e 34 anos de idade, contra uma média de 43,5% no mundo. A mobilidade estudantil de nível superior, seja saindo ou entrando no país, também é muito baixa, se apresentando como um limitante à experiência internacional. As taxas aluno-professor para educação fundamental e ensino médio são de 23,92 e 24,41, respectivamente, muito acima das médias mundiais de 16,30 e 13,64.

Essas condições refletem no baixo desempenho dos estudantes brasileiros nas avaliações internacionais, que alcançam média de apenas 400 no PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - (54º; média mundial de 471) e 87 no TOEFL (43º; média mundial de 89). Vale pontuar ainda que apenas 27,2% dos alunos não ficam abaixo do mínimo desejável no PISA, enquanto a média nacional é de 58,6%. Além disso, o analfabetismo atinge 6,8% da população acima de 15 anos (59º colocado), sendo a média mundial de apenas 2,6%.

Desde 2014, está em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>6</sup>, lei que estabeleceu 20 metas<sup>7</sup> para a educação brasileira com horizonte máximo de 2024. Entretanto, tem-se observado um descomprometimento dos governos com políticas de médio e longo prazos, resultando em insuficiência na execução dos planos de ação estabelecidos.

A meta do PNE para o ensino médio (meta 3) trazia como primeiro objetivo a universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população entre 15 e 17 anos. Entretanto, já em 2020, 4 anos após o teto estabelecido, apenas 94,5% do público alvo estavam na escola.

---

<sup>6</sup> Lei nº 13.005, de junho de 2014.

<sup>7</sup> Observatório do PNE: <<https://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em 14 jun. 2021.

Além disso, faltando apenas 3 anos para o fim do período de vigência deste PNE, a taxa de jovens cursando o ensino médio em 2020 era de 75,4%, quase 10% distante do segundo objetivo para 2024 (85% dos jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio).

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental até 2024, é a 5ª meta do PNE. Porém, em 2016, apenas 45,3% das crianças deste nível tinham aprendizagem adequada em leitura, 66,1% tinham aprendizagem adequada em escrita e 45,5% tinham aprendizagem adequada em matemática. Já a meta 9 visava elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do Plano, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir para 13,5% a taxa de analfabetismo funcional. No entanto, já em 2018, 29% da população alvo ainda eram considerados analfabetos funcionais e, em 2020, 5,8% da população alvo ainda não sabiam ler e escrever.

No que tange a educação superior (meta 12), os objetivos para 2024 incluem aumentar a taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos e certificar que 40% das novas matrículas sejam em instituições públicas, assegurando a qualidade de ensino. Para os dois primeiros, em 2020 alcançaram-se as marcas de 48,6% e 23,8%, o que revela ritmos bastante distintos de avanços na meta. Não há resultados parciais para o terceiro objetivo.

Nesse ponto, vale observar que, ainda que a qualidade da educação oferecida pelas universidades brasileiras posicione o país na 33ª posição, a pontuação alcançada pelo país é de apenas 7,96 no ranking do *Times Higher Education*, enquanto a média mundial é de 15,03.

A baixa valorização do professor no Brasil pode explicar, em alguma medida, as altas taxas aluno-professor registradas. Embora a meta 17 do PNE trouxesse a valorização dos profissionais da educação básica a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente até 2020, neste mesmo ano, o salário médio dos professores correspondia a apenas 78,5% do salário dos demais profissionais. Isso pode explicar, também, a dificuldade na promoção da formação continuada de professores da educação básica, sendo que em 2020 apenas 39,5% deles tinham acesso à essa formação (contra uma meta de 100% para 2024).

O sucesso das demais metas do Plano dependia e depende, em larga medida, do êxito da última meta (meta 20), que traz a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir o patamar de 7% do PIB do país até 2019 e 10% até 2024. Entretanto, como apresentado pelo WCY 2021, em 2019, os gastos públicos totais em educação correspondiam a apenas 5,9% do PIB, o que revela um grande desafio para cumprimento também da meta final, sobretudo no atual contexto de congelamento dos gastos.

A insatisfação dos executivos quanto à convergência entre os sistemas educacionais em todos os seus níveis e as necessidades de uma economia competitiva reafirma o baixo desempenho

brasileiro: o país é o 63º colocado em relação à relevância da educação primária e secundária para as exigências do sistema produtivo, 59º quando se avalia a educação universitária e 57º quando se trata da educação executiva. A adequação das habilidades linguísticas dos trabalhadores às necessidades das empresas também deixa a desejar, delegando ao país a 63ª posição.

Existe um movimento de expansão da educação profissional técnica de nível médio (meta 11 do PNE) no país: o número de matrículas passou de 997.258 em 2007 para 1.901.477 em 2020, valor ainda distante, entretanto, da meta de 5.224.584 para 2024. O segundo objetivo, de expandir a pelo menos 50% a participação da rede pública nessas matrículas, também está muito aquém do idealizado, sendo que em 2020 apenas 19,6% das novas matrículas dessa modalidade eram na rede pública.

Não obstante, as metas para expansão do número de mestres e doutores titulados no âmbito do PNE têm logrado êxito: em 2019, eram 68.877 novos mestres (meta de 60 mil até 2024) e 24.290 novos doutores (meta de 25 mil até 2024). Entretanto, a ausência de um sistema produtivo complexo e intensivo em tecnologia, como já mencionado, coloca em questão a capacidade de absorção e pleno aproveitamento das competências formadas internamente.

Diante disso, sugere-se que a formação de habilidades e capacidades relevantes ao contexto produtivo do país deve orientar as políticas de educação e capacitação para o mercado de trabalho, o qual deve, por sua vez, oferecer condições para a continuidade do processo de aprendizado pela experiência ao longo da vida dos indivíduos. Assumir o caráter sequencial do aprendizado é fundamental para se pensar estratégias que garantam a compatibilidade entre oferta e demanda e evitem a obsolescência do conhecimento produzido.



*Para ser relevante.*

atendimento@fdc.org.br  
0800 941 9200  
www.fdc.org.br



---

#### **CAMPUS ALOYSIO FARIA**

Av. Princesa Diana, 760  
Alphaville Lagoa dos Ingleses  
34018-006 – Nova Lima – MG – Brasil

---

#### **CAMPUS BELO HORIZONTE**

Rua Bernardo Guimarães, 3.071  
Santo Agostinho – 30140-083  
Belo Horizonte – MG – Brasil

---

#### **CAMPUS SÃO PAULO**

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1.184  
15º andar – Vila Olímpia  
04548-004 – São Paulo – SP – Brasil

---

#### **ASSOCIADOS REGIONAIS**

A FDC trabalha em parceria com associados regionais em todo o Brasil. Consulte o associado mais próximo à sua região.